



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 DEPRE 5.1 - Serviço de Gestões das Dívidas, Conciliações e Rateios
 dos Depósitos - Letras A a H
 Endereço: Viaduto Dona Paulina, 80
 Centro - CEP 01501-020 - São Paulo - SP
 Fone: (11) 3489-6796 - E-mail: depre5.1@tjsp.jus.br

CERTIDÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos - DEPRE, Desembargador Afonso Faro Jr., no uso de suas atribuições,

Certifica, para os devidos fins de direito, que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA está enquadrada no Regime Ordinário de Pagamento de Precatórios nos termos do §5º do Art. 100 da Constituição Federal.

A Municipalidade não apresenta dívidas pendentes de pagamento referente a exercícios anteriores perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Cabe registrar que a Municipalidade apresenta Mapa Orçamentário de 2023 que poderá ser pago até 31/12/2023.

Quanto à dívida com precatórios relativa aos demais E. Tribunais, por enquadrar-se no Regime Ordinário o controle é feito pelos próprios Tribunais, sendo que os depósitos devem ser efetuados diretamente nos respectivos Tribunais.

Portanto, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA encontra-se em **situação de adimplência** no que se refere ao pagamento de precatórios.

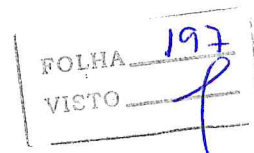
A presente certidão tem validade até **31/12/2023**.

São Paulo, 17 de outubro de 2023.

AFONSO FARO JR.

Desembargador Coordenador da
 Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos
 DEPRE

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

32965341/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA

OU

CNPJ n. 46.482.840/0001-39

Certidão emitida em 05/12/2023, às 16:21:48 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 05/12/2023, às 07:42:24;
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão:

32965341

Código de Validação:

48CD D70C 2066 DB6F 31ED EA18 4FC7 7150

Data da Atualização:

05/12/2023, às 07:42:24



05/12/2023

FOLHA

VISTO

198



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Geral Adjunta Fiscal e Financeira
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União
Procuradores

CONTRATO Nº 215/2023/PFN
PROCESSO SEI Nº 17944.103119/2023-81

CONTRATO DE VINCULAÇÃO DE RECEITAS E CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO, E CONTRAGARANTIA, QUE, ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO E O MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA - SP, COM A INTERVENIÊNCIA DO BANCO DO BRASIL S.A. E DO(S) BANCO(S) DEPOSITÁRIO(S), REFERENTE A CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO FIRMADO ENTRE MUNICÍPIO E BANCO DO BRASIL S.A. NO VALOR DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE REAIS), CUJOS RECURSOS SÃO DESTINADOS A OBRAS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA E DRENAGEM, REFORMA E CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PRÓPRIOS, BEM COMO INVESTIMENTOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTES E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA.

A **UNIÃO**, representada, neste ato, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional ao final identificado(a) e assinado(a), no uso da competência que lhe confere a Portaria PGFN/MF nº 726, de 12 de julho de 2023, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o **MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA – SP**, doravante designado simplesmente, **MUNICÍPIO**, representado, neste ato, pelo(a) Prefeito(a) do Município, Excelentíssimo(a) Senhor(a) **JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR**, com a interveniência do(s) Banco(s) citado(s) na Cláusula Segunda, na qualidade de depositário(s) das receitas próprias e/ou transferências constitucionais pertencentes ao **MUNICÍPIO**, adiante denominado(s) simplesmente **BANCO(S) DEPOSITÁRIO(S)** e do **BANCO DO BRASIL S.A.**, na qualidade de agente financeiro da **UNIÃO**, adiante denominado simplesmente **AGENTE**, representados por seus mandatários legais infra-assinados, resolvem celebrar o presente Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A UNIÃO assumirá o compromisso de prestar garantia ao **MUNICÍPIO**, nos termos do Contrato de Garantia Fidejussória a ser por eles firmado, nas obrigações financeiras decorrentes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 40/00016-8, de 17/10/2023, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinados a obras de infraestrutura viária e drenagem, reforma e construção de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde, esportes e otimização da gestão pública, conforme autorização dada pela Lei Complementar nº 100, de 11/05/2023, alterada pela Lei Complementar nº 103, de 24/05/2023.

FOLHA 197
VISTO

CLÁUSULA SEGUNDA- O **MUNICÍPIO**, nos termos do disposto no § 4º do art. 167 da Constituição da República, no inciso II do § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e no inciso I do art. 4º da Portaria MEFP nº 497, de 27 de agosto de 1990, com fundamento na Lei Municipal Complementar Municipal nº 100 de 11/05/2023, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 103, de 24/05/2023, vincula, como garantia, para pagamento de quantias que a **UNIÃO** despende em decorrência de inadimplência do **MUNICÍPIO** no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº40/00016-8,, referido na Cláusula Primeira, as quotas e receitas próprias das quais é titular, previstas nos arts. 156, 158 e 159 inciso I, alíneas "b", "d" e "e" da Constituição Federal, que lhe são creditadas no(s) **BANCO(S) DEPOSITÁRIO(S)**:

- **BANCO DO BRASIL S.A.**, agência nº 1741-8, contas-correntes nº 17.714-8, nº 70457- 1, nº 73.000-9, nº 73.503-5, nº 73.500-0, nº 130.156-X e nº 180.027-2.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O **MUNICÍPIO** declara, neste ato, sob as penas da lei, que não há outras contas correntes, na mencionada instituição financeira ou em quaisquer outras, com ingresso das verbas de titularidade do **MUNICÍPIO** previstas no art. 167, § 4º, da Constituição Federal, e que ora perfazem objeto de contragarantia à garantia da **UNIÃO** prestada na operação de crédito de que trata a Cláusula Primeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Obriga-se o **MUNICÍPIO** a informar à **UNIÃO**, perante a Secretaria do Tesouro Nacional e o **AGENTE**, a criação ou substituição de qualquer conta corrente ou agência, bem como a contratação de nova instituição financeira para depósito das receitas tributárias próprias ou das repartições tributárias constitucionais de que trata a Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO TERCEIRO- Mesmo em caso de a obrigação de informar prevista no Parágrafo Segundo deixar de ser observada, o **MUNICÍPIO** autoriza, desde já, de forma irrevogável e irretratável, que os representantes do(s) **BANCO(S) DEPOSITÁRIO(S)** ou de qualquer instituição financeira a ser futuramente contratada, apresentem informações, sobre qualquer nova agência ou conta corrente de depósito das verbas, à **UNIÃO**, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, que poderá ser representada, também, para essa finalidade, pelo **AGENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA- O **MUNICÍPIO**, para pagamento de quantias decorrentes de inadimplemento contratual, inclusive atualização monetária, juros e encargos, cede à **UNIÃO**, neste ato, suas receitas próprias e as transferências constitucionais a que se refere a Cláusula Segunda, até o montante devido, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC efetiva mensal para títulos públicos federais, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e confere poderes, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, à **UNIÃO** para, por si ou por intermédio do **AGENTE**, requerer a transferência ou transferir, conforme o caso, para a conta do Tesouro Nacional, as verbas descritas na Cláusula Segunda que estiverem depositadas em qualquer agência ou conta corrente dos aludidos bancos ou em qualquer outra instituição financeira, a ser futuramente contratada pelo **MUNICÍPIO** para depósito das verbas de receitas próprias e cotas de repartição constitucional previstas no art. 167, § 4º, da Constituição Federal, ora ofertadas em contragarantia, até o limite do saldo existente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A taxa SELIC a que se refere o caput terá capitalização composta e será truncada na 6ª (sexta) casa decimal.

PARÁGRAFO SEGUNDO- O **MUNICÍPIO** confere poderes, em caráter irrevogável e irretratável, à **UNIÃO**, por si ou por intermédio do **AGENTE**, para transferir ou requerer a transferência, para a conta do Tesouro Nacional, até o limite do saldo existente, das verbas descritas nas Cláusulas Segunda e Terceira, que estiverem depositadas em qualquer outra agência ou conta-corrente dos aludidos bancos ou em qualquer outra instituição financeira, com a responsabilidade de depósito das referidas verbas de receitas próprias e

cotas de repartição constitucional, de forma a cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no presente Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para efetivação da cessão e transferência a que se refere esta Cláusula, a **UNIÃO** informará ao **AGENTE** o valor da importância a ser transferida.

PARÁGRAFO QUARTO– Sem prejuízo da imediata execução das contragarantias de que trata o caput, o não ressarcimento pelo **MUNICÍPIO** a **UNIÃO** de qualquer compromisso por esta honrado, em decorrência do Contrato de Garantia referido na Cláusula Primeira, em até trinta dias, implicará a constituição do **MUNICÍPIO** em mora, reconhecendo, nessa hipótese, a certeza e liquidez da dívida, e seus consectários, incluindo a inscrição em Dívida Ativa da União.

PARÁGRAFO QUINTO– Havendo a transferência de recursos prevista no caput, os respectivos custos financeiros serão suportados, exclusivamente, pelo **MUNICÍPIO**.

PARÁGRAFO SEXTO – O **BANCO DEPOSITÁRIO** se obriga, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a transferir, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado da data da solicitação de que trata esta Cláusula, e até as 16:30 horas, até o limite dos saldos existentes, mediante requisição da **UNIÃO** ou do **AGENTE**, os valores necessários ao pagamento das obrigações decorrentes deste Contrato, sob pena de multa diária de 1% (um por cento) do valor requisitado.

PARÁGRAFO SÉTIMO– O **AGENTE** se obriga, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a transferir para a **UNIÃO**, na mesma data do recebimento, os recursos transferidos pelo(s) **BANCO(S) DEPOSITÁRIO(S)** até as 16:30 horas, sob pena de arcar com os custos referentes à atualização de que trata o caput.

CLÁUSULA QUARTA – O **MUNICÍPIO** pagará ao **AGENTE** tarifa de administração de contrato de contragarantia no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em parcela única, por ocasião da assinatura do presente instrumento pelo **AGENTE**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os respectivos custos financeiros associados ao pagamento da remuneração de que trata esta Cláusula serão suportados, exclusivamente, pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA– Obriga-se o **MUNICÍPIO** a custear ou a ressarcir à **UNIÃO** todas as despesas comprovadamente incorridas com a negociação, formalização e implementação do Contrato de Garantia Fidejussória e do presente Contrato de Contragarantia.

CLÁUSULA SEXTA– O **MUNICÍPIO** obriga-se a assegurar os recursos necessários ao cumprimento do Contrato nº 0612462-53 a que se refere a Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – A **UNIÃO**, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, providenciará a publicação de extrato deste Contrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA OITAVA– Estabelece-se, como foro competente para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente da interpretação ou execução deste Contrato de Contragarantia, a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, estabelecido e avençado, as partes firmam o presente Contrato, na presença de duas testemunhas sendo o referido arquivado nesta Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, de acordo com o disposto no art. 60 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Documento assinado eletronicamente

UNIÃO

Documento assinado eletronicamente

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR

Prefeito

MUNICÍPIO

Documento assinado eletronicamente

KEPLER DA SILVEIRA PALHANO

Gerente Geral

BANCO DO BRASIL S.A.

Testemunha: Documento assinado eletronicamente

Testemunha: Documento assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **José Pereira de Aguiar Junior, Usuário Externo**, em 12/12/2023, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **KEPLER DA SILVEIRA PALHANO, Usuário Externo**, em 12/12/2023, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Suely Dib de Sousa e Silva, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 13/12/2023, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



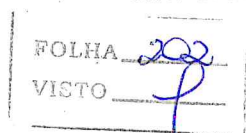
Documento assinado eletronicamente por **Ester Lopes Ribeiro de Oliveira, Chefe(a) de Serviço**, em 13/12/2023, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Terezinha Massote Dias, Agente Administrativo**, em 13/12/2023, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37645755** e o código CRC **45E10F57**.



PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO

IDENTIFICAÇÃO PRECISA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO OBJETO DE AVALIAÇÃO

"Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de Caraguatatuba/SP, de operação de crédito, no valor de R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais) junto ao Banco do Brasil, destinada ao Financiamento para custear obras de infraestrutura viária e drenagem, reformas e construções de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde e modernização da gestão pública, conforme Lei Municipal nº 100 de 11/05/2023 alterada pela Lei Municipal n.º 103 de 24/05/2023."

RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

A Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba submeteu proposta ao Banco do Brasil, referente à Linha de Financiamento para apoio financeiro em infraestrutura urbana em regiões do município, com a seguinte distribuição:

Área de Investimento	Valor Estimado (R\$)
Infraestrutura Viária	22.300.000,00
Meio Ambiente	14.700.000,00
Saúde	8.000.000,00
Educação	38.000.000,00
Modernização da Gestão	15.000.000,00
Esporte	2.000.000,00

Considerando as defasagens em nosso município, foi constatada a necessidade da execução das obras, visto que:

- **Construção e reforma de equipamentos próprios e esportivos:** Foi constatada a necessidade de reforma e construção de novos prédios, visto que atualmente a estrutura não atende toda população. Com a reforma dos prédios próprios e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios pode ser considerado o atendimento a toda população do município, estimada em 125 mil pessoas, trazendo segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos. A construção do Núcleo esportivo do Perequê Mirim vai atender a população do bairro e do entorno, trazendo oportunidades as crianças e jovens da região, que pode ser estimada em cerca de 30 mil pessoas.

Reforma e modernização dos prédios próprios utilizados para o atendimento da população e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios, bem como a construção de novos prédios beneficiará toda a população do município, estimada em 125 mil pessoas, trazendo melhores condições de trabalho para os 4.937 servidores do município, aumentando a produtividade e agilidade no atendimento das demandas da população e maior segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos.

Os cofres públicos do município serão beneficiados com a economia gerada pela diminuição da manutenção corretiva dos prédios que serão reformados e modernizados com os recursos do financiamento, visto que em 2022 foram gastos aproximadamente R\$ 5,6 milhões com manutenção e estima-se uma economia de 20% desse valor com o financiamento.

- **Construção e reforma de obras de drenagens no município:** O município de Caraguatatuba sofre com a necessidade de obras de drenagens, principalmente por ser uma cidade litorânea, onde o nível pode ser um problema no escoamento das águas. Dessa forma, se faz necessária a ampliação da rede de drenagem no município. Também foi constatada a necessidade de contenção da erosão do morro da prainha, incluindo terraplanagem e drenagem. Tais obras vão atender toda região Sul do município, estimada em cerca de 60 mil pessoas e o bairro da Prainha, trazendo segurança a cerca de 20 mil pessoas que vivem entorno ao morro.

As obras de drenagem para melhor escoamento de águas fluviais e de mitigação dos danos ambientais causados pela variação da maré, como é o caso da obra de enrocamento do rio Juqueriquerê na região Sul, e a obra de drenagem e contenção de erosão no morro da Prainha, beneficiarão de forma direta mais de 80 mil pessoas, além de trazer uma economia aos cofres públicos do município ao mitigar o pagamento de auxílio às vítimas atingidas pelas fortes chuvas, como ocorreu recentemente com o pagamento do benefício Auxílio Recomeço, em que o município pagou o montante superior a R\$ 500 mil reais às famílias afetadas pelas fortes chuvas ocorridas em fevereiro de 2023.

- **Infraestrutura Viária:** Considerando o crescimento populacional do município, vemos a necessidade de ampliação da estrutura viária do mesmo, já que a população vem habitando áreas sem infraestrutura, além da necessidade de manutenção da existente, por esse motivo o projeto prevê a infraestrutura viária de ao menos 12 avenidas principais de grande circulação que irá desonerar o trânsito local e mitigar gastos com manutenção corretivas de via e eventuais atendimentos de ocorrências de trânsito, beneficiando as pessoas que utilizam as vias públicas diariamente.

Além de pavimentação, se faz necessária a manutenção da ciclovia do município, considerando a grande densidade de pessoas que utilizam esse meio de transporte. É estimado que cerca de 60 mil pessoas sejam beneficiadas por todas as obras de infraestrutura viárias previstas no plano.

- **Construção e reforma de equipamentos de saúde:** Foi constatada a necessidade de manutenção e reforma em diversos prédios voltados a infraestrutura de saúde do município. Visto o crescimento populacional e necessidade de utilização desses equipamentos, pode ser considerado que o plano atenda toda a população, estimada em 125 mil pessoas, já que as obras vão acontecer em diversas regiões do município, levando a descentralização dos atendimentos e melhorando a qualidade de vida.
- **Construção e reforma de unidades educacionais:** Considerando a demanda reprimida de cerca de 1.000 alunos na rede municipal de ensino, além da necessidade de reformas nos prédios existentes, foi constatada a necessidade de construção e reforma de unidades educacionais, visando o benefício e atendimento as necessidades básicas de toda a população. Oferecer ferramentas tecnológicas visando melhorar a qualidade de ensino e cumprimento das metas estabelecidas para os índices de avaliação da qualidade da educação, além da substituição dos equipamentos danificados e atualização dos recursos digitais disponibilizados em sala de aula.

Aquisição de 51 displays de 75 polegadas e tela sensível ao toque para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 29 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 22 para atendimento dos Centros de Educação Infantil. Aquisição de 50 projetores para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 40 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 10 para atendimento dos Centros de Educação Infantil.

Tendo em vista a natureza do investimento, entendemos que os benefícios esperados, tais como: melhoria da mobilidade urbana local e integração do sistema viário setorial, valorização dos imóveis públicos, segurança dos pedestres, ciclistas e de todos os usuários das vias, melhoria na qualidade de vida, redução nos gastos de manutenção das vias e prédios públicos, reduzindo os gastos com manutenção das infraestruturas que não apresentam viabilidade de mensuração financeira, mas superam os custos necessários correspondentes à operação de crédito pleiteada.

Fontes Alternativas de Financiamento

O município de Caraguatatuba, possui grande capacidade financeira e vem sempre buscando parcerias e alternativas para transformar essa capacidade em benefícios aos seus munícipes e a todos os usuários e cidadãos. A busca por fontes de recursos é, de certa forma, vital e estratégica para que os municípios consigam ampliar seus investimentos e ao mesmo tempo manter suas despesas e obrigações em dia.

Sempre que possível, são cogitadas outras fontes de financiamento com instituições financeiras como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Agência de Fomento do Estado de São Paulo, BNDES entre outros. Todas as propostas recebidas são analisadas, sendo a escolha feita por meio de análise criteriosa e técnica das condições ofertadas, como prazos, limites, carência, amortização e juros, de forma que seja a mais vantajosa e viável como a recebida do Banco do Brasil para esta operação pleiteada.

INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

O Município de Caraguatatuba esta em constante desenvolvimento e crescimento populacional, com carência de pavimentação, drenagem e obras de infraestrutura urbana, portanto, são necessárias intervenções em todas as suas regiões, permitindo a redução com gastos de manutenção. No que se refere à relação custo-benefício e ao interesse sócio - econômico da operação, entende-se que a operação não é mensurável financeiramente de forma explícita, mas que reduzirá consideravelmente os custos para o município e obterá ganhos sensíveis no âmbito do interesse econômico, quando na valorização dos imóveis diretamente abrangidos pelos efeitos da obra, quanto ao interesse social no que se referem à melhoria da mobilidade urbana, equipamentos esportivos, educacionais e de lazer, deslocamento de pedestres e ciclistas, com inserção de acessibilidades, trazendo benefícios diretos e qualidade de vida à sociedade, melhorando o índice de desenvolvimento humano IDH.

Tendo em vista a natureza do investimento, entendemos que os benefícios esperados, tais como: melhoria da mobilidade urbana local e integração do sistema viário setorial, valorização dos imóveis públicos, segurança dos pedestres, ciclistas e de todos os usuários das vias, melhoria na qualidade de vida, redução nos gastos de manutenção das vias e prédios públicos, reduzindo os gastos com manutenção das infraestruturas que não apresentam viabilidade de mensuração financeira, mas superam os custos necessários correspondentes à operação de crédito pleiteada.

C.

CONCLUSÃO

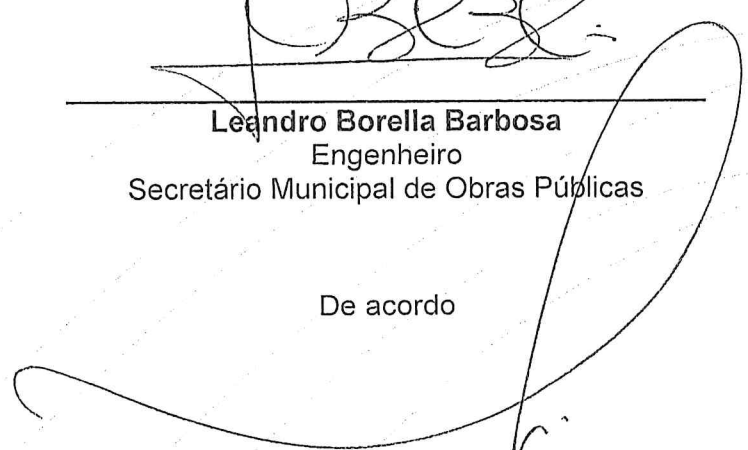
Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Caraguatatuba, 03 de Julho de 2023.



Leandro Borella Barbosa
Engenheiro
Secretário Municipal de Obras Públicas

De acordo



José Pereira de Aguiar Junior
Prefeito Municipal de Caraguatatuba



**Parecer do órgão jurídico para operação de crédito do
Município de Caraguatatuba/SP.**

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito do Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL) para contratar operação de crédito entre Município de Caraguatatuba/SP e Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

- 1) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica: Lei Municipal nº 100 de 11/05/2023 alterada pela Lei Municipal n.º 103 de 24/05/2023;
- 2) inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada;
- 3) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e observância das demais disposições

estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Caraguatatuba, 03 de Julho de 2023.

SANDRO
MAGALHAES REIS
ALBOK:267345158
77

Assinado de forma digital
por SANDRO MAGALHAES
REIS ALBOK:26734515877
Dados: 2023.07.04
10:16:14 -03'00'

Sandro Magalhães Reis Albok

Secretario de Assuntos Jurídicos

OAB/SP nº 224.605

JOSE PEREIRA DE
AGUILAR
JUNIOR:28593706843

Assinado de forma digital por
JOSE PEREIRA DE AGUILAR
JUNIOR:28593706843
Dados: 2023.07.04 11:21:13
-03'00'

José Pereira de Aguiar Junior

Prefeito do Município de Caraguatatuba

TERMO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

Cadastro de Usuário Externo no SEI do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)*

* Esse sistema atende também os Ministérios da Fazenda (MF), do Planejamento e Orçamento (MPO), dos Povos Indígenas (MPI) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a Casa da Moeda do Brasil (CMB) e, em caráter transitório, os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e da Previdência Social (MPS).

Nome Completo:	José Pereira de Aguiar Junior				
RG:	27511076x	CPF:	28593706843		
Endereço de Domicílio:	Rua Luiz Passos Junior, nº 50		Bairro:	Centro	
Cidade:	Caraguatatuba	UF:	SP	CEP:	11600900
E-mail (PRÓPRIO e Igual ao cadastrado no SEI):*	aguilar.junior@caraguatatuba.sp.gov.br				
Solicita acesso ao processo nº (opcional):					

* O e-mail informado deve ser de uso exclusivo do titular do cadastro (pessoa física), e estar em nome próprio. Não serão aceitos e-mails em nomes de terceiros ou de unidades administrativas de pessoas jurídicas.

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (gov.br/economia/sei, opção "Usuário Externo") é pessoal e intransferível, e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que todos os dados aqui informados são verdadeiros e que são de minha exclusiva responsabilidade:

- I - o sigilo da senha de acesso, não sendo justificada, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
- II - a conformidade entre os dados informados neste formulário e os constantes no cadastro e nos documentos apresentados;
- III - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e aqueles contidos no documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;
- IV - a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;
- V - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para qualquer tipo de conferência;
- VI - a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente;
- VII - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI/MGI, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, conforme horário oficial de Brasília, independentemente do fuso horário no qual se encontre o usuário externo;
- VIII - a consulta periódica ao SEI/MGI a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, quinze dias após a data de sua expedição;
- IX - as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e
- X - a observância dos períodos de manutenção programada, que serão realizadas, preferencialmente, no período da 0 hora dos sábados às 22 horas dos domingos ou da 0 hora às 6 horas nos demais dias da semana, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

A liberação do cadastro somente ocorrerá após a apresentação dos documentos de acordo com as orientações apresentadas em gov.br/economia/sei, opção "Usuário Externo".

A liberação do cadastro não implica na disponibilização de acesso ao processo (quando for o caso), que será objeto de análise da unidade na qual ele se encontra em tramitação. Assim, após cadastro liberado, o usuário que requer acesso ao conteúdo de determinado processo deve entrar em contato com a unidade responsável. Para a disponibilização de acesso ao processo, a unidade onde ele se encontra em andamento poderá solicitar documentação adicional, tais como: cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica, quando for o caso; cópia da procuração com poderes específicos para representação do interessado, quando for o caso; ou em caso de procurador de pessoa jurídica, cópia do RG e CPF do outorgante, ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF.

Em caso de dúvidas, entrar em contato com sei@economia.gov.br, informando o número do processo para agilizar o atendimento.

Cidade/UF: Caraguatatuba

Data: 11/12/2023

JOSE PEREIRA DE AGUIAR
JUNIOR:28593706843

Assinado de forma digital por JOSE PEREIRA
DE AGUIAR JUNIOR:28593706843
Dados: 2023.12.11 17:06:53 -03'00'

Assinatura do Usuário

(tarja da assinatura digital ou assinatura manuscrita conforme documento pessoal apresentado)

FOLHA 210
VISTO

**Parecer do órgão jurídico para operação de crédito do
Município de Caraguatatuba/SP.**

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito do Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL) para contratar operação de crédito entre Município de Caraguatatuba/SP e Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

- 1) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica: Lei Complementar Municipal nº 100 de 11/05/2023, alterada pela Lei Complementar Municipal n.º 103 de 24/05/2023;
- 2) inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada;
- 3) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e observância das demais disposições

estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Caraguatatuba, 31 de Julho de 2023.

SANDRO
MAGALHAES REIS
ALBOK:26734515
877

Assinado de forma digital
por SANDRO
MAGALHAES REIS
ALBOK:26734515877
Dados: 2023.07.31
15:57:26 -03'00'

Sandro Magalhães Reis Albok

Secretario de Assuntos Jurídicos

OAB/SP nº 224.605

JOSE PEREIRA DE
AGUILAR
JUNIOR:28593706843

Assinado de forma digital por
JOSE PEREIRA DE AGUILAR
JUNIOR:28593706843
Dados: 2023.07.31 16:54:06
-03'00'

José Pereira de Aguiar Junior

Prefeito do Município de Caraguatatuba



MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Caraguatatuba, 08 de maio de 2023.

MENSAGEM Nº 42/2023

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de remeter a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Nobres Vereadores, aos quais formulo nesta oportunidade meus cordiais cumprimentos, o incluso Projeto de Lei Complementar que *"Autoriza o Poder Executivo a contratar com o BANCO DO BRASIL S.A. operação de crédito com outorga de garantia e dá outras providências"*.

Justifico a propositura, esclarecendo que o presente projeto cuida de solicitar autorização ao Poder Executivo para contratar, nos termos da Constituição da República, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, da Resolução do Senado Federal nº. 43, de 21 de dezembro de 2001 e suas alterações, Portaria STN nº. 1.349, de 08 de abril de 2022, Resolução CMN nº 4.995, de 24 de março de 2022 e demais normas aplicáveis, operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., no âmbito do Programa Eficiência Municipal, até o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinados a custear obras de infraestrutura viária e drenagem, reformas e construções de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde e otimização da gestão pública.

A medida pretendida tem como propósito dotar a Administração Pública Municipal de recursos, com taxa de juros de 1,76% (um vírgula setenta e seis por cento) ao mês, com prazo total de 120 meses para pagamento (prazo para amortização de 108 meses), com carência de 12 meses, disponibilizados pelo BANCO DO BRASIL S.A., com garantia da União, para melhoria da mobilidade urbana local e integração do sistema viário setorial, segurança de pedestres, ciclistas e de todos os usuários das vias, obras de combate a enchentes, melhoria na qualidade de vida, valorização dos imóveis públicos, redução nos gastos de manutenção das vias e prédios públicos e otimização da gestão pública.

Desta forma, justificada a propositura e esperando a aprovação dessa Egrégia Casa de Leis, renovo a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores os meus protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

JOSÉ PEREIRA DE AGUIAR JUNIOR
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor,
VEREADOR RENATO LEITE CARRIJO DE AGUIAR
Presidente da Câmara Municipal de Caraguatatuba – SP

FOLHA 213
VISTO



MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____ DE _____ DE
_____ DE 2023.

“Autoriza o Poder Executivo a contratar com o BANCO DO BRASIL S.A. operação de crédito com outorga de garantia e dá outras providências.”

Autor: Órgão Executivo.

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR, Prefeito do Município da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar com o BANCO DO BRASIL S.A., com garantia da União, operação de crédito até o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), no âmbito do Programa Eficiência Municipal, destinados a obras de infraestrutura viária e drenagem, reforma e construção de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde e otimização da gestão pública, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução das despesas previstas no *caput* deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º, do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

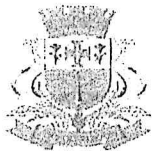
Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º desta Lei Complementar terá o prazo total de 120 (cento e vinte) meses, com prazo para amortização de 108 meses, carência de 12 (doze) meses para início de pagamento e incidência de taxa de juros de 1,76% (um vírgula setenta e seis por cento) ao mês.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei Complementar, em caráter irrevogável e irretratável, a modo “pro solvendo”, as cotas de repartição das receitas tributárias, previstas nos artigos 158 e 159, inciso I, alíneas “b”, “d” e “e”, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 156, todos da Constituição Federal, nos termos do artigo 167, § 4º, desta, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei Complementar deverão ser consignados como receita no Orçamento Municipal ou em créditos adicionais, nos termos artigo 32, § 1º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos à operação de crédito a que se refere o art. 1º.

1)



MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 7º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a debitar a conta-corrente de titularidade do Município, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, ou qualquer(isquer) outra(s) conta(s), salvo a(s) de destinação específica, mantida em sua agência, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do art. 60, § 1º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Fica o Município autorizado a participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei Complementar.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraguatatuba, ____ de _____ de 2023.

JOSÉ PEREIRA DE AGÜLAR JUNIOR
Prefeito Municipal

ANÁLISE FINANCIAMENTO BANCÁRIO

Trata-se de financiamento bancário cujos recursos serão destinados a obras de infraestrutura viária e drenagem, reforma e construção de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde e otimização da gestão pública.

Nas últimas décadas, o modelo de gestão pública vem evoluindo visando a alcançar resultados mais eficazes com custos mais racionais. O administrador público passou a se deparar com um novo ambiente global, novas exigências sociais, novas tecnologias e novos conceitos de desenvolvimento de projetos o que o forçou a adaptar a gestão pública aos novos tempos.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, elenca os princípios que norteiam a Administração Pública. Até 1998 os princípios elencados no citado dispositivo legal eram legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, porém, com a reforma administrativa levada a efeito na década de 90, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 19 que acrescentou o princípio da eficiência ao rol já existente.

Entretanto, mesmo antes do princípio da eficiência passar a fazer parte do rol expresso de princípios constitucionais que regem a Administração Pública, a doutrina já o elencava como um dos princípios a ser observado pelos administradores públicos.

Referindo-se ao princípio da eficiência, os autores Aldemir Berwig e Laís Gasparotto Jalil, assim se posicionam:

"A inclusão expressa do princípio da eficiência na Constituição da República faz com que o bom resultado nos serviços e um melhor aproveitamento do dinheiro, sejam condutas exigíveis do administrador pela sociedade. Poderíamos dizer que estabelecido como princípio constitucional, a eficiência passa a se constituir direito subjetivo público do cidadão."

Esse princípio é uma poderosa arma da sociedade no combate a má administração. Ele dá legitimação para o controle do exercício da atividade do agente público, tanto pelo cidadão como pela própria Administração Pública. E este controle, abrange tanto a competência vinculada, como a discricionária dos agentes públicos. Isso porque o objetivo do princípio da eficiência é a própria satisfação do interesse público.

Ainda neste diapasão, segundo o doutrinador José Afonso da Silva:

R.

“O princípio da eficiência administrativa consiste na organização racional dos meios e recursos humanos, materiais e institucionais para a prestação de serviços públicos de qualidade em condições econômicas e de igualdade dos consumidores”.

A inclusão do princípio da eficiência na Constituição Federal objetivou a transformar o modelo de gestão pública, que até então era essencialmente baseada em uma administração burocrática, onde o administrador público ficava atrelado aos procedimentos a serem empregados para atingir os fins, passando a configurar-se em uma administração gerencial com adoção de métodos modernos de gestão permitindo a oferta de melhores serviços, com mais qualidade, menores custos e maior agilidade em sua prestação. Uma gestão mais aproximada da utilizada pela iniciativa privada onde a competitividade leva o gestor a aprimorar cada vez mais os meios empregados para produção de resultados eficientes.

Já princípio da economicidade vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, em síntese, a promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

O tema não é muito tratado na doutrina jurídica porque se trata de tema fronteiro com as finanças públicas, mas delas não podemos prescindir para compreender a normatividade do princípio da economicidade, pois além de princípio constitucional, a economicidade está por todo ordenamento infraconstitucional, como em alguns artigos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – Lei nº 8.443, de 16/07/1992, especialmente os artigos 1º § 1º, 16, I, 37, IV, 43, II e 90 § 2º.

O vocábulo economicidade se vincula, no domínio das ciências econômicas e de gestão, à ideia fundamental de desempenho qualitativo. Trata-se da obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário socioeconômico.

Segundo Antonio Roque Citadini, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, “O objetivo será realizar o máximo rendimento dos recursos disponíveis, com a utilização de um método de apropriação de dados que leva em conta os interesses da coletividade e os fatores sociais do mercado, num determinado tempo e espaço”.

Já Marçal Justen Filho diz que:

“A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos. Toda atividade

administrativa envolve uma relação sujeitável ao enfoque de custo benefício.”

O administrador público é na verdade o gerente dos recursos públicos, sendo de sua incumbência, a eficiente utilização destes.

Dito isto, faz-se necessária a diferenciação de financiamento e empréstimo:

A característica mais notável do empréstimo, em comparação ao financiamento, é a liberdade. Não é necessário justificar para a instituição financeira a destinação que dará ao dinheiro emprestado, bastando apenas efetuar os pagamentos dentro do prazo definido.

A liberação de um empréstimo é mais simples e rápida, sendo submetido à análise de crédito do banco que, conforme a avaliação fornecerá o crédito, sem a exigência de garantias.

Por outro lado, e justamente por tamanha facilidade, no empréstimo os juros são mais elevados. O fator mais importante para definir a taxa de juros de uma operação de crédito é o seu grau de risco para a instituição financeira. No caso do empréstimo, se houver inadimplência, o banco terá que arcar com o prejuízo.

Já o financiamento, é utilizado para operações que envolvem valores mais elevados, tendo regras mais rígidas. Sua finalidade específica deverá ser indicada já na assinatura do contrato, sendo relevante até mesmo para definir a linha a ser contratada.

Juros mais baixos e prazos mais longos são outras características que distinguem um financiamento de um empréstimo. Como o bem ou o produto financiado servirá como garantia para o banco, que o poderá pegar em caso de inadimplência, a operação é mais segura e, conseqüentemente, as condições se tornam mais favoráveis.

Até mesmo pelos valores envolvidos, a contratação de um financiamento é mais burocrática. Além da análise de crédito do município, que será mais rigorosa, o bem a ser construído também será avaliado, devendo preencher obrigatoriamente certos requisitos.

Desta forma, o financiamento de obras públicas e outros investimentos se mostram plenamente factível e necessário do ponto de vista organizacional, visto que não se retira do orçamento um valor de grande monta, priorizando seu uso em áreas mais sensíveis, como educação, saúde e assistência social, porém atendendo também as demandas logísticas necessárias ao bom funcionamento da máquina pública.



O programa Eficiência Municipal do Banco do Brasil é uma linha de crédito com a finalidade de apoiar projetos de investimentos ou aquisição de bens e serviços de forma isolada para a administração pública municipal, voltados à melhoria da infraestrutura e da eficiência na gestão pública.

Diferente de outras linhas de Financiamento, esse programa não exige contrapartida para a Prefeitura e tem carência da contratação de 12 meses, com isso, o pagamento real das parcelas de financiamento só começa a ser aportada após um ano da assinatura do contrato.

O indexador para o apoio financeiro é de CDI+Spread de 1,76%, valor esse menor do que a taxa padrão dessa linha de financiamento, que é praticada em demais municípios. A menor taxa foi disponibilizada ao Município como mérito, devido ao bom relacionamento junto à instituição bancária, bem como a nossa atual capacidade de endividamento.

Tais dados demonstram claramente a vantagem da aderência ao programa, uma vez que o financiamento propiciará ações em todas as regiões do Município e em todas as áreas de atuação: construção e reforma de equipamentos próprios, inclusive aquisição de equipamentos e mobiliários; construção e reforma de obras de drenagem; construção e reforma de unidades escolares; construção e revitalização de vias públicas; pavimentação e repavimentação em diversos bairros do Município.

Outrossim, juridicamente o financiamento é plenamente válido e encontra guarida no nosso ordenamento, o que pode ser verificado pela quantidade de municípios que aderem ao financiamento, como também por tratar-se de uma linha de crédito oficial, financiamento com severos critérios para sua contemplação. O artigo 167, III da CF/88 permite a realização de empréstimos ou operações de crédito, desde que estas operações não excedam o montante de despesas de capital do ente federativo, o que ocorre no presente projeto de lei, ou que o projeto seja aprovado pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.


Importante frisar ainda, que a competência do Município para dispor sobre essa matéria encontra-se subordinada às disposições da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e às resoluções n.º 40 e n.º 43, ambas do Senado Federal, a quem compete, de conformidade com o disposto no art. 52, incisos VII e VIII, da Constituição Federal, reger sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios incluído a concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

P

Portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal permite aos entes públicos a indicação de garantia nas operações de crédito. Pois a garantia é o compromisso para o adimplemento da obrigação contratual assumida pelo ente, no presente projeto de lei a garantia em consonância ao disposto na alínea b, do inciso I do artigo 159 da Constituição Federal “Art. 3º Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência do contrato de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (art. 159, inciso I, alínea b da CF), em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida”.

Destarte, seguindo a regularidade do direito material, indicando a previsibilidade das respectivas formas de pagamentos, o financiamento pretendido pelo Poder Executivo Municipal é completamente legal, pois está em consonância com os ditames constitucionais e infraconstitucionais que regem a matéria, não incidindo em nenhum vício de inconstitucionalidade ou de ilegalidade, em atenção às normas que gerem o Município de Caraguatatuba (Lei Orgânica Municipal), a Lei de Responsabilidade Fiscal e os mandamentos Constitucionais.

Diante de todo exposto, a Operação de Crédito ora em comento, se mostra como uma opção factível e conceitualmente moderna para o enfrentamento dos desafios propostos à Administração Pública atual, permitindo que os investimentos necessários sejam realizados e mantendo todo o diapasão de atividades fim necessários ao acolhimento e solução das demandas oriundas da população.


Nadine Guedes Franco de Almeida
Secretária Adjunta de Fazenda


Jose Pereira de Aguiar Junior
Prefeito Municipal

PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO

IDENTIFICAÇÃO PRECISA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO OBJETO DE AVALIAÇÃO

"Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de Caraguatatuba/SP, de operação de crédito, no valor de R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais) junto ao Banco do Brasil, destinada ao Financiamento para custear obras de infraestrutura viária e drenagem, reformas e construções de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde e modernização da gestão pública, conforme Lei Complementar Municipal nº 100 de 11/05/2023 alterada pela Lei Complementar Municipal nº 103 de 24/05/2023."

RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

A Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba submeteu proposta ao Banco do Brasil, referente à Linha de Financiamento para apoio financeiro em infraestrutura urbana em regiões do município, com a seguinte distribuição:

Área de Investimento	Valor Estimado (R\$)
Infraestrutura Viária	22.300.000,00
Meio Ambiente	14.700.000,00
Saúde	8.000.000,00
Educação	38.000.000,00
Modernização da Gestão	15.000.000,00
Esporte	2.000.000,00

Considerando as defasagens em nosso município, foi constatada a necessidade da execução das obras, visto que:

- **Construção e reforma de equipamentos próprios e esportivos:** Foi constatada a necessidade de reforma e construção de novos prédios, visto que atualmente a estrutura não atende toda população. Com a reforma dos prédios próprios e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios pode ser considerado o atendimento a toda população do município, estimada em 125 mil pessoas, trazendo segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos. A construção do Núcleo esportivo do Perequê Mirim vai atender a população do bairro e do entorno, trazendo oportunidades as crianças e jovens da região, que pode ser estimada em cerca de 30 mil pessoas.

Reforma e modernização dos prédios próprios utilizados para o atendimento da população e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios, bem como a construção de novos prédios beneficiará toda a população do município, estimada em 125 mil pessoas, trazendo melhores condições de trabalho para os 4.937 servidores do município, aumentando a produtividade e agilidade no atendimento das demandas da população e maior segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos.

Os cofres públicos do município serão beneficiados com a economia gerada pela diminuição da manutenção corretiva dos prédios que serão reformados e modernizados com os recursos do financiamento, visto que em 2022 foram gastos aproximadamente R\$ 5,6 milhões com manutenção e estima-se uma economia de 20% desse valor com o financiamento.

- **Construção e reforma de obras de drenagens no município:** O município de Caraguatatuba sofre com a necessidade de obras de drenagens, principalmente por ser uma cidade litorânea, onde o nível pode ser um problema no escoamento das águas. Dessa forma, se faz necessária a ampliação da rede de drenagem no município. Também foi constatada a necessidade de contenção da erosão do morro da prainha, incluindo terraplanagem e drenagem. Tais obras vão atender toda região Sul do município, estimada em cerca de 60 mil pessoas e o bairro da Prainha, trazendo segurança a cerca de 20 mil pessoas que vivem entorno ao morro.

As obras de drenagem para melhor escoamento de águas fluviais e de mitigação dos danos ambientais causados pela variação da maré, como é o caso da obra de enrocamento do rio Juqueriquerê na região Sul, e a obra de drenagem e contenção de erosão no morro da Prainha, beneficiarão de forma direta mais de 80 mil pessoas, além de trazer uma economia aos cofres públicos do município ao mitigar o pagamento de auxílio às vítimas atingidas pelas fortes chuvas, como ocorreu recentemente com o pagamento do benefício Auxílio Recomeço, em que o município pagou o montante superior a R\$ 500 mil reais às famílias afetadas pelas fortes chuvas ocorridas em fevereiro de 2023.

- **Infraestrutura Viária:** Considerando o crescimento populacional do município, vemos a necessidade de ampliação da estrutura viária do mesmo, já que a população vem habitando áreas sem infraestrutura, além da necessidade de manutenção da existente, por esse motivo o projeto prevê a infraestrutura viária de ao menos 12 avenidas principais de grande circulação que irá desonerar o trânsito local e mitigar gastos com manutenção corretivas de via e eventuais atendimentos de

ocorrências de trânsito, beneficiando as pessoas que utilizam as vias públicas diariamente.

Além de pavimentação, se faz necessária a manutenção da ciclovia do município, considerando a grande densidade de pessoas que utilizam esse meio de transporte. É estimado que cerca de 60 mil pessoas sejam beneficiadas por todas as obras de infraestrutura viárias previstas no plano.

- **Construção e reforma de equipamentos de saúde:** Foi constatada a necessidade de manutenção e reforma em diversos prédios voltados a infraestrutura de saúde do município. Visto o crescimento populacional e necessidade de utilização desses equipamentos, pode ser considerado que o plano atenda toda a população, estimada em 125 mil pessoas, já que as obras vão acontecer em diversas regiões do município, levando a descentralização dos atendimentos e melhorando a qualidade de vida.
- **Construção e reforma de unidades educacionais:** Considerando a demanda reprimida de cerca de 1.000 alunos na rede municipal de ensino, além da necessidade de reformas nos prédios existentes, foi constatada a necessidade de construção e reforma de unidades educacionais, visando o benefício e atendimento as necessidades básicas de toda a população. Oferecer ferramentas tecnológicas visando melhorar a qualidade de ensino e cumprimento das metas estabelecidas para os índices de avaliação da qualidade da educação, além da substituição dos equipamentos danificados e atualização dos recursos digitais disponibilizados em sala de aula.

Aquisição de 51 displays de 75 polegadas e tela sensível ao toque para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 29 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 22 para atendimento dos Centros de Educação Infantil. Aquisição de 50 projetores para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 40 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 10 para atendimento dos Centros de Educação Infantil.

Tendo em vista a natureza do investimento, entendemos que os benefícios esperados, tais como: melhoria da mobilidade urbana local e integração do sistema viário setorial, valorização dos imóveis públicos, segurança dos pedestres, ciclistas e de todos os usuários das vias, melhoria na qualidade de vida, redução nos gastos de manutenção das vias e prédios públicos, reduzindo os gastos com manutenção das infraestruturas que não apresentam viabilidade de mensuração financeira, mas superam os custos necessários correspondentes à operação de crédito pleiteada.

Fontes Alternativas de Financiamento

O município de Caraguatatuba, possui grande capacidade financeira e vem sempre buscando parcerias e alternativas para transformar essa capacidade em benefícios aos seus munícipes e a todos os usuários e cidadãos. A busca por fontes de recursos é, de certa forma, vital e estratégica para que os municípios consigam ampliar seus investimentos e ao mesmo tempo manter suas despesas e obrigações em dia.

Sempre que possível, são cogitadas outras fontes de financiamento com instituições financeiras como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Agência de Fomento do Estado de São Paulo, BNDES entre outros. Todas as propostas recebidas são analisadas, sendo a escolha feita por meio de análise criteriosa e técnica das condições ofertadas, como prazos, limites, carência, amortização e juros, de forma que seja a mais vantajosa e viável como a recebida do Banco do Brasil para esta operação pleiteada.

INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

O Município de Caraguatatuba esta em constante desenvolvimento e crescimento populacional, com carência de pavimentação, drenagem e obras de infraestrutura urbana, portanto, são necessárias intervenções em todas as suas regiões, permitindo a redução com gastos de manutenção. No que se refere à relação custo-benefício e ao interesse sócio - econômico da operação, entende-se que a operação não é mensurável financeiramente de forma explícita, mas que reduzirá consideravelmente os custos para o município e obterá ganhos sensíveis no âmbito do interesse econômico, quando na valorização dos imóveis diretamente abrangidos pelos efeitos da obra, quanto ao interesse social no que se referem à melhoria da mobilidade urbana, equipamentos esportivos, educacionais e de lazer, deslocamento de pedestres e ciclistas, com inserção de acessibilidades, trazendo benefícios diretos e qualidade de vida à sociedade, melhorando o índice de desenvolvimento humano IDH.

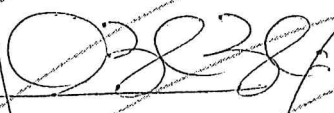
Tendo em vista a natureza do investimento, entendemos que os benefícios esperados, tais como: melhoria da mobilidade urbana local e integração do sistema viário setorial, valorização dos imóveis públicos, segurança dos pedestres, ciclistas e de todos os usuários das vias, melhoria na qualidade de vida, redução nos gastos de manutenção das vias e prédios públicos, reduzindo os gastos com manutenção das infraestruturas que não apresentam viabilidade de mensuração financeira, mas superam os custos necessários correspondentes à operação de crédito pleiteada.

P.

CONCLUSÃO


Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Caraguatatuba, 31 de Julho de 2023.



Leandro Borella Barbosa
Engenheiro
Secretário Municipal de Obras Públicas

De acordo



José Pereira de Aguiar Junior
Prefeito Municipal de Caraguatatuba

PROTOCOLO DE ENTREGA DE SOLICITAÇÃO DE EMPENHO PARA ORDENADORIA Nº 01 -						
DATA / RECEB	SECRETARIA DE:	NOME:	CPF :	CNPJ:	MEMORANDO:	VLR (R\$)
11/02/2025	GOVERNO	LUIZ HENRIQUE NICOLA MARQUES	314.054698-03			R\$ 55,00
11/02/2025	GOVERNO	LUIZ HENRIQUE NICOLA MARQUES	314.054698-03			R\$ 55,00
11/02/2025	GOVERNO	ANDERSON MENDES	246.010.458-86			R\$ 55,00
11/02/2025	ASSUNTOS JURÍDICOS	MARCO AURELIO VENTURINI SALAMÃO	251.839.268-83			R\$ 500,00
11/02/2025	MEIO AMBIENTE,AGRICULTURA E PESCA	NILTON GABRIEL DA SILVA	040.157.248-01			R\$ 55,00
11/02/2025	FAZENDA	CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS		90.400.888/1502-09		R\$ 15.000,00
11/02/2025	FAZENDA	CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS		60.746.948/1863-80		R\$ 15.000,00
11/02/2025	EDUCAÇÃO	COMPRAS E EMPENHOS		59.480.558/0001-64		R\$ 2.528,00
11/02/2025	EDUCAÇÃO	COMPRAS E EMPENHOS		06.354.628/0001-71	134 / 2025	R\$ 5.980,00
11/02/2025	EDUCAÇÃO	CONÊNIO DE TRANSPORTE ESCOLAR				R\$ 447.785,66
11/02/2025	EDUCAÇÃO	MANOEL VICENTE DA SILVA	019.215.838-43			R\$ 55,00
11/02/2025	EDUCAÇÃO	INGRID MIRANDA BARRETO DE LIMA	402.338858-03			R\$ 55,00
11/02/2025	EDUCAÇÃO	SANDRA LUCIA DE ALMEIRA ALVES PEREIRA	205.358.720-20			R\$ 55,00
11/02/2025	EDUCAÇÃO	FERNANDO DE CASTRO PONTES	268.439.188-24			R\$ 1.100,00
11/02/2025	EDUCAÇÃO	CRISTIANO FERREIRA SCHMIDT	271.429.508-89			R\$ 1.100,00
11/02/2025	EDUCAÇÃO	ALEXANDRE MARQUES PINTO	092.910.188-05			R\$ 1.100,00
11/02/2025	MOBILIDADE URB E PROT AO CIDADÃO	CONVÊNIO GSSP / ATP - 049 - 21			003 / 2025	R\$ 11.101,00
11/02/2025	OBRAS PÚBLICAS	CONSELHO DE ARQUITETURA E URB. SP		15.131.560/0001-52		R\$ 2.390,60

FOLHA 226
VISTO

PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO

IDENTIFICAÇÃO PRECISA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO OBJETO DE AVALIAÇÃO

"Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de Caraguatatuba/SP, de operação de crédito, no valor de R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais) junto ao Banco do Brasil, destinada ao Financiamento para custear obras de infraestrutura viária e drenagem, reformas e construções de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde e modernização da gestão pública, conforme Lei Complementar Municipal n.º 100 de 11/05/2023 alterada pela Lei Complementar Municipal n.º 103 de 24/05/2023."

RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

A Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba submeteu proposta ao Banco do Brasil, referente à Linha de Financiamento para apoio financeiro em infraestrutura urbana em regiões do município, com a seguinte distribuição:

Área de Investimento	Valor Estimado (R\$)
Infraestrutura Viária	22.300.000,00
Meio Ambiente	14.700.000,00
Saúde	8.000.000,00
Educação	38.000.000,00
Modernização da Gestão	15.000.000,00
Esporte	2.000.000,00

Considerando as defasagens em nosso município, foi constatada a necessidade da execução das obras, visto que:

- **Construção e reforma de equipamentos próprios e esportivos:** Foi constatada a necessidade de reforma e construção de novos prédios, visto que atualmente a estrutura não atende toda população. Com a reforma dos prédios próprios e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios pode ser considerado o atendimento a toda população do município, estimada em 125 mil pessoas, trazendo segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos. A construção do Núcleo esportivo do Perequê Mirim vai atender a população do bairro e do entorno, trazendo oportunidades as crianças e jovens da região, que pode ser estimada em cerca de 30 mil pessoas.

Reforma e modernização dos prédios próprios utilizados para o atendimento da população e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios, bem com o a construção de novos prédios beneficiará toda a população do município, estimada em 125 mil pessoas, trazendo melhores condições de trabalho para os 4.937 servidores do município, aumentando a produtividade e agilidade no atendimento das demandas da população e maior segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos.

Os cofres públicos do município serão beneficiados com a economia gerada pela diminuição da manutenção corretiva dos prédios que serão reformados e modernizados com os recursos do financiamento, visto que em 2022 foram gastos aproximadamente R\$ 5,6 milhões com manutenção e estima-se uma economia de 20% desse valor com o financiamento.

- **Construção e reforma de obras de drenagens no município:** O município de Caraguatatuba sofre com a necessidade de obras de drenagens, principalmente por ser uma cidade litorânea, onde o nível pode ser um problema no escoamento das águas. Dessa forma, se faz necessária a ampliação da rede de drenagem no município. Também foi constatada a necessidade de contenção da erosão do morro da prainha, incluindo terraplanagem e drenagem. Tais obras vão atender toda região Sul do município, estimada em cerca de 60 mil pessoas e o bairro da Prainha, trazendo segurança a cerca de 20 mil pessoas que vivem entorno ao morro.

As obras de drenagem para melhor escoamento de águas fluviais e de mitigação dos danos ambientais causados pela variação da maré, como é o caso da obra de enrocamento do rio Juqueriquerê na região Sul, e a obra de drenagem e contenção de erosão no morro da Prainha, beneficiarão de forma direta mais de 80 mil pessoas, além de trazer uma economia aos cofres públicos do município ao mitigar o pagamento de auxílio às vítimas atingidas pelas fortes chuvas, como ocorreu recentemente com o pagamento do benefício Auxílio Recomeço, em que o município pagou o montante superior a R\$ 500 mil reais às famílias afetadas pelas fortes chuvas ocorridas em fevereiro de 2023.

- **Infraestrutura Viária:** Considerando o crescimento populacional do município, vemos a necessidade de ampliação da estrutura viária do mesmo, já que a população vem habitando áreas sem infraestrutura, além da necessidade de manutenção da existente, por esse motivo o projeto prevê a infraestrutura viária de ao menos 12 avenidas principais de grande circulação que irá desonerar o trânsito local e mitigar gastos com manutenção corretivas de via e eventuais atendimentos de

ocorrências de trânsito, beneficiando as pessoas que utilizam as vias públicas diariamente.

Além de pavimentação, se faz necessária a manutenção da ciclovia do município, considerando a grande densidade de pessoas que utilizam esse meio de transporte. É estimado que cerca de 60 mil pessoas sejam beneficiadas por todas as obras de infraestrutura viárias previstas no plano.

- **Construção e reforma de equipamentos de saúde:** Foi constatada a necessidade de manutenção e reforma em diversos prédios voltados a infraestrutura de saúde do município. Visto o crescimento populacional e necessidade de utilização desses equipamentos, pode ser considerado que o plano atenda toda a população, estimada em 125 mil pessoas, já que as obras vão acontecer em diversas regiões do município, levando a descentralização dos atendimentos e melhorando a qualidade de vida.
- **Construção e reforma de unidades educacionais:** Considerando a demanda reprimida de cerca de 1.000 alunos na rede municipal de ensino, além da necessidade de reformas nos prédios existentes, foi constatada a necessidade de construção e reforma de unidades educacionais, visando o benefício e atendimento as necessidades básicas de toda a população. Oferecer ferramentas tecnológicas visando melhorar a qualidade de ensino e cumprimento das metas estabelecidas para os índices de avaliação da qualidade da educação, além da substituição dos equipamentos danificados e atualização dos recursos digitais disponibilizados em sala de aula.

Aquisição de 51 displays de 75 polegadas e tela sensível ao toque para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 29 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 22 para atendimento dos Centros de Educação Infantil. Aquisição de 50 projetores para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 40 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 10 para atendimento dos Centros de Educação Infantil.

Tendo em vista a natureza do investimento, entendemos que os benefícios esperados, tais como: melhoria da mobilidade urbana local e integração do sistema viário setorial, valorização dos imóveis públicos, segurança dos pedestres, ciclistas e de todos os usuários das vias, melhoria na qualidade de vida, redução nos gastos de manutenção das vias e prédios públicos, reduzindo os gastos com manutenção das infraestruturas que não apresentam viabilidade de mensuração financeira, mas superam os custos necessários correspondentes à operação de crédito pleiteada.

Fontes Alternativas de Financiamento

O município de Caraguatatuba, possui grande capacidade financeira e vem sempre buscando parcerias e alternativas para transformar essa capacidade em benefícios aos seus munícipes e a todos os usuários e cidadãos. A busca por fontes de recursos é, de certa forma, vital e estratégica para que os municípios consigam ampliar seus investimentos e ao mesmo tempo manter suas despesas e obrigações em dia.

Sempre que possível, são cogitadas outras fontes de financiamento com instituições financeiras como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Agência de Fomento do Estado de São Paulo, BNDES entre outros. Todas as propostas recebidas são analisadas, sendo a escolha feita por meio de análise criteriosa e técnica das condições ofertadas, como prazos, limites, carência, amortização e juros, de forma que seja a mais vantajosa e viável como a recebida do Banco do Brasil para esta operação pleiteada.

INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

O Município de Caraguatatuba esta em constante desenvolvimento e crescimento populacional, com carência de pavimentação, drenagem e obras de infraestrutura urbana, portanto, são necessárias intervenções em todas as suas regiões, permitindo a redução com gastos de manutenção. No que se refere à relação custo-benefício e ao interesse sócio - econômico da operação, entende-se que a operação não é mensurável financeiramente de forma explícita, mas que reduzirá consideravelmente os custos para o município e obterá ganhos sensíveis no âmbito do interesse econômico, quando na valorização dos imóveis diretamente abrangidos pelos efeitos da obra, quanto ao interesse social no que se referem à melhoria da mobilidade urbana, equipamentos esportivos, educacionais e de lazer, deslocamento de pedestres e ciclistas, com inserção de acessibilidades, trazendo benefícios diretos e qualidade de vida à sociedade, melhorando o índice de desenvolvimento humano IDH.

Tendo em vista a natureza do investimento, entendemos que os benefícios esperados, tais como: melhoria da mobilidade urbana local e integração do sistema viário setorial, valorização dos imóveis públicos, segurança dos pedestres, ciclistas e de todos os usuários das vias, melhoria na qualidade de vida, redução nos gastos de manutenção das vias e prédios públicos, reduzindo os gastos com manutenção das infraestruturas que não apresentam viabilidade de mensuração financeira, mas superam os custos necessários correspondentes à operação de crédito pleiteada.

CONCLUSÃO

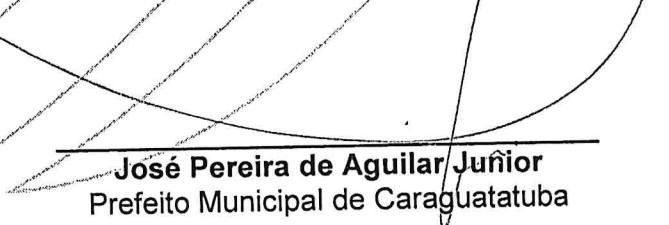
Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Caraguatatuba, 31 de Julho de 2023.



Leandro Borella Barbosa
Engenheiro
Secretário Municipal de Obras Públicas

De acordo



José Pereira de Aguiar Júnior
Prefeito Municipal de Caraguatatuba

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio. n.º 931089/2022. Processo n.º 71000.053060/2022-97.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Prefeitura Municipal de Costa Rica/MS - CNPJ: 15.389.596/0001-30.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Convênio nº 931089/2022, mantido o objeto inicialmente pactuado, para aporte de contrapartida adicional, em conformidade com o novo Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante do Convênio original.
Valor Total: R\$ 239.800,00, Valor do Repasse: R\$ 200.000,00, Valor da Contrapartida: R\$ 39.800,00.
Data de Assinatura: 08/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: CLEVERSON ALVES DOS SANTOS - Prefeito Municipal de Costa Rica/MS - CPF: ***.171.485-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 941447/2023. Processo n.º 71000.029379/2023-82.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Associação de Veteranos e Amigos de Basquete do Espírito Santo - CNPJ: 04.728.992/0001-29.
Objeto: Realização do Torneio Avabes no Estado do Espírito Santo.
Valor Total: R\$ 150.000,00.
Vigência: 08/12/2023 a 08/06/2025.
Data da Assinatura: 08/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: FLAVIO DE LEON SANTOS SCHERER - Presidente da Associação de Veteranos e Amigos de Basquete do Espírito Santo - CPF: ***.940.747-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 941266/2023. Processo n.º 71000.029387/2023-29.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Instituto Reabilitacional e Esportivo para Deficientes Físicos do Espírito Santo - IREFES - CNPJ: 12.032.701/0001-91.
Objeto: Implementação e Desenvolvimento do Projeto Rugby em Cadeira de Rodas no Espírito Santo.
Valor Total: R\$ 100.000,00.
Vigência: 08/12/2023 a 08/04/2025.
Data da Assinatura: 08/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: MARLON LOPES VIEIRA - Presidente do Instituto Reabilitacional e Esportivo para Deficientes Físicos do Espírito Santo - IREFES - CPF: ***.995.037-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 941176/2023. Processo n.º 71000.029389/2023-18.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Federação Universitária de Esportes Capixaba - CNPJ: 27.066.471/0001-59.
Objeto: Apoio à Participação em Competições Universitárias II.
Valor Total: R\$ 200.000,00.
Vigência: 08/12/2023 a 08/12/2024.
Data da Assinatura: 08/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: GUSTAVO DA SILVA AMORIM - Presidente da Federação Universitária de Esportes Capixaba - CPF: ***.386.257-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 941168/2023. Processo n.º 71000.029988/2023-31.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Federação Universitária de Esportes Capixaba - CNPJ: 27.066.471/0001-59.
Objeto: Realização dos Jogos Universitários II no Estado do Espírito Santo.
Valor Total: R\$ 590.000,00.
Vigência: 09/12/2023 a 09/03/2025.
Data da Assinatura: 09/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: GUSTAVO DA SILVA AMORIM - Presidente da Federação Universitária de Esportes Capixaba - CPF: ***.386.257-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 941481/2023. Processo n.º 71000.042027/2023-12.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Associação Capixaba de Apoio à Cultura, Educação e Esporte - CNPJ: 10.424.458/0001-21.
Objeto: Realização da Copa Beach Tennis no Estado do Espírito Santo/ES.
Valor Total: R\$ 100.000,00.
Vigência: 09/12/2023 a 09/12/2024.
Data da Assinatura: 09/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: CLAUDEMIR DOS SANTOS SILVA - Presidente da Associação Capixaba de Apoio à Cultura, Educação e Esporte - CPF: ***.753.187-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 941291/2023. Processo n.º 71000.042036/2023-11.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Instituto Reabilitacional e Esportivo para Deficientes Físicos do Espírito Santo - IREFES - CNPJ: 12.032.701/0001-91.
Objeto: Implementação e Desenvolvimento do Projeto Basquete Inclusivo no Estado do Espírito Santo/ES.
Valor Total: R\$ 100.000,00.
Vigência: 08/12/2023 a 08/04/2025.
Data da Assinatura: 08/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: MARLON LOPES VIEIRA - Presidente do Instituto Reabilitacional e Esportivo para Deficientes Físicos do Espírito Santo - IREFES - CPF: ***.995.037-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 941357/2023. Processo n.º 71000.042342/2023-40.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Federação Espírito Santense de Voleibol - CNPJ: 27.434.877/0001-47.
Objeto: Implementação e Desenvolvimento do Projeto Grande Sacada no Estado do Espírito Santo.
Valor Total: R\$ 100.000,00.
Vigência: 08/12/2023 a 08/02/2025.
Data da Assinatura: 08/12/2023.

Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: CELSO SILVA JANTORNO - Presidente da Federação Espírito Santense de Voleibol - CPF: ***.033.367-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 942286/2023. Processo n.º 71000.051831/2023-92.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano - CNPJ: 07.969.138/0001-42.
Objeto: Implementação e Desenvolvimento do Projeto Amparo nas Cidades de São João de Meriti e Mesquita no Estado do Rio de Janeiro.
Valor Total: R\$ 2.055.050,00.
Vigência: 08/12/2023 a 08/06/2025.
Data da Assinatura: 08/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: SILVIO GOMES DOS ANJOS - Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano - CPF: ***.448.917-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 942819/2023. Processo n.º 71000.052694/2023-11.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Associação Desportiva Cultural e Educacional Campeão no Esporte e na Vida - CNPJ: 23.454.342/0001-87.
Objeto: Implementação e Desenvolvimento do Projeto Esporte Cultura e Sustentabilidade no Distrito Federal.
Valor Total: R\$ 100.000,00.
Vigência: 09/12/2023 a 09/06/2025.
Data da Assinatura: 09/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: MARCELO FERREIRA HENRIQUE - Presidente da Associação Desportiva Cultural e Educacional Campeão no Esporte e na Vida - CPF: ***.575.527-**.

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 949087/2023. Processo n.º 71000.081481/2023-99.
Concedente: Ministério do Esporte - CNPJ: 02.961.362/0001-74.
Conveniente: Movimento Comunitário do Jardim Botânico - CNPJ: 23.583.083/0001-94.
Objeto: Implementação e Desenvolvimento do Projeto Esporte Sustentável no Distrito Federal.
Valor Total: R\$ 250.000,00.
Vigência: 09/12/2023 a 09/04/2025.
Data da Assinatura: 09/12/2023.
Signatários: Concedente: ANY TERESINHA RODRIGUES BESERRA - Secretária Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social-Substituta - CPF: ***.501.341-**, Conveniente: ROSILENE MARIA MARQUES MARTINS - Presidente do Movimento Comunitário do Jardim Botânico - CPF: ***.068.931-**.

SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

AVISO DE ANULAÇÃO

ESPÉCIE: TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 931859/2022, PROCESSO N.º 71000.060426/2022-84.
Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a publicação do Extrato de Termo Aditivo do Convênio Nº 931859/2022.
Data da Publicação: Diário Oficial Da União no dia 06 de dezembro de 2023, na Edição Nº 231, Seção 3, Pág. 114.

LÚCIO FLÁVIO VALE DA SILVA
Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
Substituto

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 940533/2023, Nº Processo: 71000.027895/2023-72.
Concedente: Ministério do Esporte CNPJ: 02.961.362/0001-74, Conveniente: ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DO CEARÁ - CNPJ: 07.348.196/0001-59, Objeto: "Implementar e desenvolver o Projeto-Inclusão para todos, no Município Fortaleza/CE", Valor Total: R\$ 150.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2023 R\$ 150.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho 2023NE000009, Valor: R\$ 150.000,00, PTRES: 226750, Fonte de Recurso: 1000, ND: 33.50.41, Vigência: 11/12/2023 a 11/07/2024, Data da Assinatura: 11/12/2023. Signatários: Concedente: JOSÉ LUIS FERRAREZI - CPF/MF: ***.308.468-**, Conveniente: VALNEIS ALVES DE SOUZA, CPF/MF: ***.251.621-**.

SECRETARIA NACIONAL DO PARADESPORTO

EXTRATO DE FOMENTO

ESPÉCIE: Termo de Fomento n.º 941643/2023, Nº Processo: 71000.041359/2023-80.
Concedente: Ministério do Esporte, CNPJ: 02.961.362/0001-74, Conveniente: ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DO CEARÁ, CNPJ: 07.348.196/0001-59, Objeto: "Implementar e desenvolver o Projeto-Inclusão para todos, no Município Fortaleza/CE", Valor Total: R\$ 100.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2023 R\$ 100.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho 2023NE000010, Valor: R\$ 100.000,00, PTRES: 227590, Fonte de Recurso: 1000, ND: 33.50.41, Vigência: 13/12/2023 a 13/07/2024, Data da Assinatura: 13/12/2023. Signatários: Concedente: FÁBIO AUGUSTO LIMA DE ARAUJO CPF: 786.***.165-**, Conveniente: ERIKA EDUARDO SARAIVA, CPF: 382.***.203-**.

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 215/2023/PFN de Contragarantia. PARTES: União e o Município de Caraguatuba/SP, relativo ao Contrato de Financiamento nº 40/00016-8, firmado entre o Município e o Banco do Brasil S.A, cujos recursos são destinados a obras de infraestrutura viária e drenagem, reforma e construção de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde, esportes e otimização da gestão pública. INTERVENIENTES: O Banco do Brasil S.A. VALOR: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). PROCESSO SEI Nº 17944.103119/2023-81. DATA DA CELEBRAÇÃO: 13 de dezembro de 2023. REPRESENTANTES: Pela União, a Procuradora da Fazenda Nacional, SUELY DIB DE SOUSA E SILVA; pelo Município, o Sr. Prefeito, JOSÉ PEREIRA DE AGUIAR JUNIOR; pelo Banco do Brasil, o Sr. Gerente Geral, KEPLER DA SILVEIRA PALHANO.



EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 180/2023/PFN de Contragarantia. PARTES: União e o Município de Ponta Grossa/PR, relativo ao Contrato de Financiamento nº 0612462-53, firmado entre o Município e a Caixa Econômica Federal, cujos recursos são destinados à pavimentação e/ou Infraestrutura urbana e reforma de prédios da administração municipal. INTERVENIENTES: O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal - CAIXA. VALOR: R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). PROCESSO SEI Nº 17944.101319/2023-07. DATA DA CELEBRAÇÃO: 13 de dezembro 2023. REPRESENTANTES: Pela União, a Procuradora da Fazenda Nacional, SUELY DIB DE SOUSA E SILVA; pelo Município, o Sr. Prefeita, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT; pelo Banco do Brasil, a Sra. Gerente Geral, SONIA MARIA DE PAULA; e pela CAIXA, o Sr. Superintendente de Rede, GILBERTO ONOFRE DA LUZ.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 216/2023/PFN de Garantia. PARTES: União e o Município de Caraguatuba/SP, relativo ao Contrato de Financiamento nº 40/00016-8, firmado entre o Município e o Banco do Brasil S.A., cujos recursos são destinados a obras de Infraestrutura viária e drenagem, reforma e construção de prédios próprios, bem como Investimentos na área de educação, saúde, esportes e otimização da gestão pública. INTERVENIENTE: O Banco do Brasil S.A. VALOR: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). PROCESSO SEI Nº 17944.103119/2023-81. DATA DA CELEBRAÇÃO: 13 de dezembro de 2023. REPRESENTANTES: Pela União, a Procuradora da Fazenda Nacional, SUELY DIB DE SOUSA E SILVA; pelo Município, o Sr. Prefeito, JOSÉ PEREIRA DE AGUIAR JUNIOR; pelo Banco do Brasil, o Sr. Gerente Geral, KEPLER DA SILVEIRA PALHANO.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 181/2023/PFN de Garantia. PARTES: União e o Município de Ponta Grossa/PR, relativo ao Contrato de Financiamento nº 0612462-53, firmado entre o Município e a Caixa Econômica Federal, cujos recursos são destinados à pavimentação e/ou Infraestrutura urbana e reforma de prédios da administração municipal. INTERVENIENTE: A Caixa Econômica Federal - CAIXA. VALOR: R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). PROCESSO SEI Nº 17944.101319/2023-07. DATA DA CELEBRAÇÃO: 13 de dezembro 2023. REPRESENTANTES: Pela União, a Procuradora da Fazenda Nacional, SUELY DIB DE SOUSA E SILVA; pelo Município, o Sr. Prefeita, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT; e pela CAIXA, o Sr. Superintendente de Rede, GILBERTO ONOFRE DA LUZ.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

1. NATUREZA: Termo de Cooperação celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), e a GS1 Brasil - Associação Brasileira de Automação (GS1 BRASIL).
2. OBJETO: Intercâmbio de informações de interesse da RFB.
3. DATA DA ASSINATURA: assinado eletronicamente em 11 de dezembro de 2023, pela GS1 BRASIL, e em 12 de dezembro de 2023, pela RFB.
4. NOME DO SIGNATÁRIO: pela RFB, CNPJ nº 00.394.460/0058-87, Senhora Adriana Gomes Rego, Subsecretária-Geral da RFB; pela GS1 BRASIL, CNPJ nº 53.197.141/0001-02, o Senhor João Carlos de Oliveira Junior, Diretor-Presidente da GS1 BRASIL.

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

EXTRATO DE ACORDO

Natureza: Acordo de Cooperação Técnica nº 07/2023, que entre si celebram a União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus, Am - DRF/MNS, e a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Am.
Objeto: A prestação pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania dos serviços da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) listados no Anexo II do presente acordo mediante orientação da obtenção dos serviços pelo site da RFB ou no portal de serviços da RFB (Portal e-CAC) ou triagem, recepção e solicitação de juntada de documentos, pelos servidores e empregados públicos da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, a um Processo Digital.
Data da assinatura: 18 de outubro de 2023.
Vigência: 05 (cinco) anos, a partir da data da assinatura.
Signatários: Pela DRF/MNS - CNPJ 00.394.460/0072-35, o Sr. Eduardo Badaró Fernandes - Delegado, e pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Am - CNPJ 04.312.401/0001-38, a Sra. Jussara Pedrosa Celestino da Costa - Secretária de Estado.

EXTRATO DE ACORDO

Natureza: Acordo de Cooperação Técnica nº 07/2023, que entre si celebram a União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus, Am - DRF/MNS, e a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Am.
Objeto: A prestação pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania dos serviços da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) listados no Anexo II do presente acordo mediante orientação da obtenção dos serviços pelo site da RFB ou no portal de serviços da RFB (Portal e-CAC) ou triagem, recepção e solicitação de juntada de documentos, pelos servidores e empregados públicos da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, a um Processo Digital.
Data da assinatura: 18 de outubro de 2023.
Vigência: 05 (cinco) anos, a partir da data da assinatura.
Signatários: Pela DRF/MNS - CNPJ 00.394.460/0072-35, o Sr. Eduardo Badaró Fernandes - Delegado, e pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Am - CNPJ 04.312.401/0001-38, a Sra. Jussara Pedrosa Celestino da Costa - Secretária de Estado.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

EXTRATOS DE ACORDO

Natureza: Acordo de Cooperação Técnica nº 07/2023, que entre si celebram a União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marabá, Pa - DRF/MBA, e o Município de Itupiranga, Pa, através da Prefeitura Municipal.
Objeto: A prestação pelo Município dos serviços da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) listados no Anexo II do presente acordo mediante orientação da obtenção dos serviços pelo site da RFB ou no portal de serviços da RFB (Portal e-CAC) ou triagem, recepção e solicitação de juntada de documentos, pelos servidores e empregados públicos do Município, a um Processo Digital.
Data da assinatura: 09 de novembro de 2023.
Vigência: 05 (cinco) anos, a partir da data da assinatura.
Signatários: Pela DRF/MBA - CNPJ 00.394.460/0475-39, a Sra. Andreia Lucia Batista Ribeiro Nunes - Delegada, e pelo Município de Itupiranga, Pa - CNPJ 05.077.102/0001-29, o Sr. Benjamin Tasca - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ACORDO

Natureza: Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2023, que entre si celebram a União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marabá, Pa - DRF/MBA, e o Município de Palestina do Pará, Pa, através da Prefeitura Municipal.
Objeto: A prestação pelo Município dos serviços da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) listados no Anexo II do presente acordo mediante orientação da obtenção dos serviços pelo site da RFB ou no portal de serviços da RFB (Portal e-CAC) ou triagem,

recepção e solicitação de juntada de documentos, pelos servidores e empregados públicos do Município, a um Processo Digital.

Data da assinatura: 17 de novembro de 2023

Vigência: 05 (cinco) anos, a partir da data da assinatura.

Signatários: Pela DRF/MBA - CNPJ 00.394.460/0475-39, a Sra. Andreia Lucia Batista Ribeiro Nunes - Delegada, e pelo Município de Palestina do Pará, Pa - CNPJ 83.211.417/0001-20, o Sr. Claudio Robertino Alves dos Santos - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ACORDO

Natureza: Acordo de Cooperação Técnica nº 08/2023, que entre si celebram a União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marabá, Pa - DRF/MBA, e o Município de São João do Araguaia, Pa, através da Prefeitura Municipal.
Objeto: A prestação pelo Município dos serviços da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) listados no Anexo II do presente acordo mediante orientação da obtenção dos serviços pelo site da RFB ou no portal de serviços da RFB (Portal e-CAC) ou triagem, recepção e solicitação de juntada de documentos, pelos servidores e empregados públicos do Município, a um Processo Digital.

Data da assinatura: 06 de dezembro de 2023.

Vigência: 05 (cinco) anos, a partir da data da assinatura.
Signatários: Pela DRF/MBA - CNPJ 00.394.460/0475-39, a Sra. Andreia Lucia Batista Ribeiro Nunes - Delegada, e pelo Município de São João do Araguaia, Pa - CNPJ 05.854.534/0001-07, a Sra. Marellyanne Cristina Sobral Martins - Prefeita Municipal.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 4ª REGIÃO FISCAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2023 - UASG 170058

Número do Contrato: 11/2021.

Nº Processo: 19615.720682/2020-22.

Pregão: Nº 5/2021. Contratante: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 4ª RF. Pregão. Nº 5/2021. Contratante: MEGA SERVICE CONSTRUTORA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto promover alterações quantitativas de supressão e acréscimo.
1.1.1 o contrato terá supressão de 1,02% do seu valor global inicial atualizado, com fulcro no art. 65, inciso I alíneas 'a' e 'b' c/c art. 65, §2º da lei nº 8.666/1993.
1.1.2 o contrato terá acréscimo de 2,97% do seu valor global inicial atualizado, na forma do art. 65, inciso I alíneas 'a' e 'b' c/c art. 65, §1º da lei nº 8.666/1993. Vigência: 12/12/2023 a 20/07/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 3.863.503,71. Data de Assinatura: 12/12/2023.

(COMPASNET 4.0 - 12/12/2023).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 6ª REGIÃO FISCAL

RESULTADO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 1/2023

Após a abertura da licitação supracitada, processo nº 13031042388203303, foi inabilitado o participante FORCA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.

VALDINEY BREDER DE SOUZA
Presidente Comissão de Licitação

(SÍDEC - 13/12/2023) 170010-00001-2023NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 7ª REGIÃO FISCAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2023 - UASG 170116

Nº Processo: 10707.720404/2023-14.

Pregão Nº 11/2023. Contratante: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 7ª RF. Pregão Nº 11/2023. Contratante: SERVICO DE LIMPEZA EM PREDIO FAST COMMUNICATION LTDA. Objeto: Contratação de serviços contínuos de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Fundamento Legal: Lei 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: I. Vigência: 01/01/2024 a 31/12/2024. Valor Total: R\$ 799.454,24. Data de Assinatura: 13/12/2023.

(COMPASNET 4.0 - 13/12/2023).

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ

AVISO DE PENALIDADE

Considerando não ter sido localizada no endereço registrado nos sistemas informatizados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), leve ao conhecimento público que foram imputadas à empresa HOBBO MAKE LTDA, CNPJ 49.217.228/0001-27, a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a RFB pelo prazo de 01 (hum) ano, cumulada com a aplicação de multa administrativa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mínimo dos lotes nº 11, com fulcro no art. 87 da Lei 8.666/93, e no item 11.2 do edital de licitação nº 0717800/004/2023. A referida multa, no valor de R\$ 7.000,00, deverá ser recolhida por meio de DARF no prazo de 30 (trinta) dias, contados desta publicação, sob o código de receita 3397.

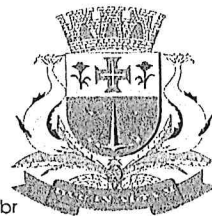
O interessado dispõe o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir dessa data, para apresentação de recurso ao Delegado, conforme previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93 e no item 13.2 do edital de licitação nº 0717800/004/2023. Neste mesmo prazo, será franqueada vista ao processo ao representante da empresa ou pessoa legalmente autorizada, no endereço Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco, S/Nº, Ilha da Madalena, Itaguaí - RJ, Cep 25326-600, Prédio Institucional, ou por meio de consulta ao portal e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte).

Processo Administrativo nº 11684.720115/2023-93

Em 13 de dezembro de 2023.
FÁBIO DA COSTA MOREIRA
Chefe do Setor de Gestão Corporativa
Substituto



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302023112100110



ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 100, DE 11 DE MAIO DE 2023.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar com o BANCO DO BRASIL S.A. operação de crédito com outorga de garantia e dá outras providências."

Autor: Órgão Executivo.

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR, Prefeito do Município da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar com o BANCO DO BRASIL S.A., com garantia da União, operação de crédito até o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), no âmbito do Programa Eficiência Municipal, destinados a obras de infraestrutura viária e drenagem, reforma e construção de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde e otimização da gestão pública, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução das despesas previstas no *caput* deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º, do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º desta Lei Complementar terá o prazo total de 120 (cento e vinte) meses, com prazo para amortização de 108 meses, carência de 12 (doze) meses para início de pagamento e incidência de taxa de juros de 1,76% (um vírgula setenta e seis por cento) ao mês.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei Complementar, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as cotas de repartição das receitas tributárias, previstas nos artigos 158 e 159, inciso I, alíneas "b", "d" e "e", complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 156, todos da Constituição Federal, nos termos do artigo 167, § 4º, desta, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei Complementar deverão ser consignados como receita no Orçamento Municipal ou em créditos adicionais, nos termos artigo 32, § 1º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos à operação de crédito a que se refere o art. 1º.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de

obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 7º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a debitar a conta-corrente de titularidade do Município, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, ou qualquer(isquer) outra(s) conta(s), salvo a(s) de destinação específica, mantida em sua agência, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do art. 60, § 1º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Fica o Município autorizado a participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei Complementar.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraguatatuba, 11 de maio de 2023.

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR
Prefeito Municipa

DECRETO Nº 1803, DE 19 DE ABRIL DE 2023.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município no exercício de 2023, de que trata a Lei Municipal nº. 2.638, de 01 de dezembro de 2022."

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR, Prefeito do Município de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a autorização legislativa conferida pelo artigo 4º, da Lei Municipal nº 2.638, de 01 de dezembro de 2022 – Lei do Orçamento Anual de 2023; e,

CONSIDERANDO a autorização legislativa conferida pelo artigo 16, inciso III, da Lei Municipal nº 2.619, de 24 de junho de 2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município no exercício de 2023, de que trata a Lei Municipal nº 2.638, de 01 de dezembro de 2022, no valor total de **R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais)** observando-se as seguintes classificações institucionais, econômicas e funcionais programáticas:

Suplementação:

Dotação		Fonte	Valor
315	02.10.01 12.122.0148.2268 01 3.1.90.16.00	01	300.000,00

Servidor Responsável: Neidson Nunes Santos - Matrícula 13730 | 1

FOLHA 234
VISTO